

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais.....	2
Demonstrações do resultado.....	3
Demonstrações do resultado abrangente.....	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto.....	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

	Nota	2020	2019	
Ativo				
Circulante				
Disponível	23.494.732	18.983.467		Passivo
Realizável	4.473.019	1.698.140		
Aplicações financeiras	19.021.713	17.285.327		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5 12.115.307	11.845.707		
Aplicações livres	5.557.536	5.441.288		
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6.557.771	6.404.419		
Contraprestações pecuniárias a receber	2.262.371	2.076.986		
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	249.363	339.088		
Outros créditos de operações de Planos de Assistência à Saúde	991.529	1.737.898		
Créditos de oper.assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7 2.508.317	1.659.700		Contraprestação pecuniária recebida antecipadamente
Creditos tributários e previdenciários	8 930.590	907.633		Débitos de operações assist. à saúde não relacion. com planos de saúde da operadora
Bens e títulos a receber	9 1.097.889	741.984		Provisões para o IRPJ e CSLL
Despesas antecipadas	44.838	34.628		Tributos e encargos sociais a recolher
Conta corrente com cooperados	62.401	18.689		Emprestimos e financiamentos a pagar
				Débitos diversos
				Conta corrente com cooperados
Não circulante	16.940.927	16.696.064		
Realizável a longo prazo	256.611	191.508		Não circulante
Depósitos judiciais e fiscais	10 5.560.026	5.068.000		
Investimentos	5.560.026	5.068.000		Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	5.560.026	5.068.000		Provisões judiciais
Participações em outras sociedades	5.560.026	5.068.000		Emprestimos e financiamentos a pagar
Imobilizado	11 10.903.268	11.194.636		Débitos diversos
Imóveis de uso próprio: hospitalares	6.504.365	6.743.371		
Imóveis de uso próprio: não hospitalares	11.321	14.165		Patrimônio líquido
Bens móveis: hospitalares	3.265.058	3.307.332		Capital social integralizado
Bens móveis: não hospitalares	593.149	672.089		Reservas:
Outras imobilizações: hospitalares	529.375	457.679		Reserva legal
Intangível	12 221.022	241.920		Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES
				Reserva de contingências
				Sobras à disposição da AGO
Total do ativo	40.435.659	35.679.531		
				Total do passivo e do patrimônio líquido
				40.435.659
				35.679.531

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Total do passivo e do patrimônio líquido

40.435.659

35.679.531



Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

Descrição	Nota	2.020	2.019
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		78.069.506,81	79.920.041,66
Ingressos com operações de assistência à saúde		80.010.093,92	81.416.963,23
Ingressos de contraprestações líquidas		79.886.666,37	81.469.313,07
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		123.427,55	- 52.349,84
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		- 1.940.587,11	- 1.496.921,57
Eventos indenizáveis líquidos	20	- 50.880.532,28	- 62.860.550,34
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		- 51.137.751,55	- 62.592.393,22
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		257.219,27	- 268.157,12
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		27.188.974,53	17.059.491,32
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		227.237,04	235.537,72
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		7.495.642,08	6.775.086,48
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		- 321.463,86	-
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		- 2.436.987,74	- 1.911.363,56
Outros dispêndios/ despesas operac.de assist.à saúde não relac.com planos de saúde da	22	- 15.726.424,03	- 5.276.168,97
Resultado bruto		16.426.978,02	16.882.582,99
Dispêndios/ despesas com comercialização		- 195.240,13	- 195.026,43
Dispêndios/ despesas administrativas	23	- 9.739.563,17	- 10.913.459,64
Resultado financeiro líquido	24	423.003,72	376.219,61
Ingressos/ receitas financeiras		768.347,81	781.823,00
Dispêndios/ despesas financeiras		- 345.344,09	- 405.603,39
Resultado patrimonial		452.939,90	400.438,34
Ingressos/ receitas patrimoniais		465.503,82	458.022,25
Dispêndios/ despesas patrimoniais		- 12.563,92	- 57.583,91
Sobra antes da tributação e das participações		7.368.118,34	6.550.754,87
IRPJ	25	- 262.951,15	- 314.246,00
CSLL	25	- 103.302,41	- 133.811,00
Participações sobre o lucro		- 77.065,66	- 57.716,77
Sobra líquida do exercício		6.924.799,12	6.044.981,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

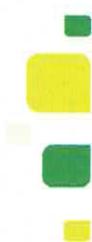
Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico**Demonstrações do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	<u>6.924.800</u>	<u>6.044.981</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>6.924.800</u>	<u>6.044.981</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

Descrição	Capital social	Reserva legal	RATES	Reservas de contingências	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de dezembro de 2019	6.640.450	7.215.226	801.977	-	898.427	15.556.080
Destinações conforme AGO 2019:						
Distribuição de sobras	-	-	-	-	(898.427)	(898.427)
Integralização de Capital	317.180	-	-	-	-	317.180
Antecipação de sobras	-	-	-	-	(545.537)	(545.537)
Utilização do RATES	-	-	(737.015)	-	737.015	-
Sobras líquida do exercício	-	-	-	-	6.044.981	6.044.981
Transferência do resultado com terceiros para RATES	-	-	949.978	-	(949.978)	-
Constituição das reservas estatutárias:						
Fundo de Reserva - 10%	-	583.203	-	-	(583.203)	-
RATES - 5%	-	-	291.601	-	(291.601)	-
Transferência para reserva legal "Ad referendum" da AGO	-	4.111.803	-	-	(4.111.803)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.957.630	11.910.232	1.306.541	-	299.874	20.474.277
Destinações conforme AGO 2020:						
Distribuição de sobras	-	-	-	-	(299.874)	(299.874)
Integralização de Capital	374.801	-	-	-	-	374.801
Antecipação de sobras	-	-	-	-	(1.248.967)	(1.248.967)
Sobras líquida do exercício	-	-	-	-	6.924.800	6.924.800
Transferência do resultado com terceiros para RATES	-	-	482.584	-	(482.584)	-
Constituição das reservas estatutárias:						
Fundo de Reserva - 10%	-	644.222	-	-	(644.222)	-
RATES - 5%	-	-	322.111	-	(322.111)	-
Transferência para reserva "Ad referendum" da AGO	-	-	-	3.799.270	(3.799.270)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.332.431	12.554.454	2.111.236	3.799.270	427.646	26.225.037

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
 Em reais

	2020	2019
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	76.715.887	81.047.742
(+) Recebimentos de juros de aplicações financeiras	272.631	435.975
(+) Outros recebimentos operacionais	13.123.566	6.282.566
(-) Pagamentos a fornecedores/prestadores serv. saúde	(69.387.671)	(71.075.584)
(-) Pagamentos de comissões	(90.165)	-
(-) Pagamentos de pessoal	(3.690.728)	(4.511.290)
(-) Pagamentos de pró-labore	(956.393)	(855.342)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros	(1.816.470)	(1.890.815)
(-) Pagamentos de tributos	(4.592.105)	(2.001.690)
(-) Pagamentos de processos judiciais cíveis/trabalhistas/tributários	(33.126)	(267.282)
(-) Pagamentos de aluguéis	(440.027)	(134.289)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(507.576)	(638.197)
(-) Aplicações financeiras	-	(2.500.000)
(-) Outros pagamentos operacionais	(2.611.122)	(650.085)
Caixa líquido das atividades operacionais	5.986.701	3.241.709
Atividades de investimentos		
(+) Recebimentos de dividendos	50.557	303.848
(+) Recebimentos de venda de ativo imobilizado - hospitalar	-	21.859
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(1.275.824)	(913.379)
(-) Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	-	(370.798)
(-) Outros pagamentos das atividades de investimento	-	(2.747.486)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.225.267)	(3.705.956)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	153.064	317.182
(+) Recebimento empréstimos/financiamentos	-	1.000.000
(-) Pagamentos de juros - empréstimos/financiamentos/leasing	(68.418)	(154.540)
(-) Pagamentos de amortização de empréstimos/financiamentos/leasing	(860.086)	(260.886)
(-) Pagamento de participação nos resultados	(1.211.115)	(57.717)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(1.986.555)	844.039
Variação líquida do caixa	2.774.879	379.792
Demonstração da variação do caixa		
Caixa e conta movimento de bancos no fim do exercício	4.473.019	1.698.140
Caixa e conta movimento de bancos no início do exercício	1.698.140	1.318.348
Aumento ou das disponibilidades	2.774.879	379.792

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Sul Paulista – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Unimed Sul Paulista - Cooperativa de Trabalho Médico, que contava com 107 cooperados no final de 2020 (106 em 2019), respectivamente tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, prestando - lhes serviços para proporcionar melhores condições de trabalho para o exercício de suas atividades junto ao mercado, através da disponibilização dos serviços de seus cooperados e atos complementares aos mesmos serviços, atendendo a finalidade da sociedade cooperativa.

A Cooperativa tem como atividade preponderante a comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas nas modalidades de valor determinado (preestabelecidos) e por serviços prestados (pós-estabelecidos), a serem atendidos pelos médicos associados, pela rede credenciada e pelos recursos próprios.

A Cooperativa conta com um Hospital 24 horas, um núcleo de atenção integral a saúde, unidade de Fisioterapia, Serviço de Atenção Domiciliar, Unimed Reabilita *espaço de reabilitação interdisciplinar* referência no atendimento às crianças com deficiências motoras, cognitivas ou sensoriais, um Ambulatório na cidade Angatuba, um Ambulatório na cidade de São Miguel, centro administrativo localizados no município Itapetininga para atendimento aos conveniados e particulares

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas demonstrações financeiras

A Cooperativa adotou medidas e ações para combater a disseminação do novo Coronavírus logo que foi declarada a pandemia mundial pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Foi criado um Comitê de Crise com o objetivo de avaliar os impactos e riscos relativos aos negócios da Cooperativa. Foram desenvolvidos e implantados planos de contingência para manter a operação assegurando o bem-estar e saúde dos beneficiários, colaboradores e cooperados. Ações de comunicação e orientação em relação aos hábitos de higiene pessoal, ambiental e dos alimentos, necessários para prevenção e controle do novo Coronavírus, foram realizadas por meio de cartazes, panfletos, mídias sociais, rádio, lives e e-mails. Instalação de barreiras nos locais de atendimentos aos beneficiários, em refeitórios para os colaboradores e prestadores de serviços contratados.

Uma tenda foi instalada na área externa ao PA – Pronto Atendimento, para atendimentos a pacientes com sintomas respiratórios em ambiente diferenciado e adequado, separado das outras consultas do Pronto Atendimento do hospital da cooperativa. Os pacientes nestas condições passaram por triagem nesta tenda. Houve a formação e treinamento de 4 novas equipes médicas para atendimento assistencial; além de reforço substancial do estoque disponível de EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, necessários aos atendimentos, como máscaras cirúrgicas, aventais, óculos e luvas;

Houve alteração do sistema de visitas e do fluxo de acesso dos pacientes oncológicos pelas áreas externas do Hospital, suspensão de todas as cirurgias eletivas com continuidade de agendamento de cirurgias de urgências e oncológicas no plano de contingência COVID-19. Teleatendimento, para apoio aos beneficiários, suporte emocional com roda de conversa com colaboradores e sessões psicoterápicas. Criado "projeto "visita na Janela" e "visita Digital" para os pacientes De Internação Clínica e Terapia Intensiva com acompanhamento de psicologia e serviço social nos recursos próprios.

Com os colaboradores foram realizadas ações de trabalho home office, reuniões online, distribuição de máscaras, ações educativas sobre o novo Coronavírus, orientações e treinamentos internos de Paramentação e Desparamentação de EPIs.

Com os cooperados foram realizados cursos de capacitação para treinar as habilidades de manejo com pacientes com a Covid-19 e criação de book de protocolos assistenciais, com a população foram efetuadas ações de comunicação constante.

Esse rol de ações, visando a segurança de beneficiários, colaboradores, cooperados e da comunidade, teve impacto direto no caixa da cooperativa, cujo investimento foi de R\$ 1,7 milhões com a medicamentos hospitalares, compra de testes Covid-19, materiais de proteção, gastos com pessoal como horas extras, plantões e contratações para substituição nos casos de afastamentos, alterações estruturais e equipamentos de uso em pacientes de Covid-19.

No sentido de resguardar a continuidade operacional normal diante das incertezas do momento atual, a Administração da Cooperativa adotou medidas como: contensão de despesas das áreas administrativas, adotou a modalidade de trabalho home office, aumento do estoque de materiais e medicamentos de 20 dias para 90 dias (anestésicos, medicamentos, aventureiros, luvas, máscaras, macacão etc.).

Para o exercício de 2021, devido às incertezas causadas pela pandemia do novo Corona Vírus (COVID-19), a Administração da Instituição possui a expectativa de crescimento de 800 vidas e um resultado de 4,62% do faturamento, tendo como base o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Cooperativa.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.



3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 12 de fevereiro de 2021.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 e 7** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 11** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 13** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA; e
- **Nota explicativa nº 17** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a Instrumentos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), portanto, são ativos financeiros básicos: i) disponível; ii) aplicações financeiras garantidoras e livre; iii) contraprestações a receber; iv) bens e títulos a receber; e v) outros investimentos.

Os passivos financeiros básicos são: i) eventos liquidar; ii) empréstimos e financiamentos a pagar; e iii) débitos diversos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Cooperativa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Cooperativa despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Cooperativa despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Disponível

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 419/2016, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos

individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

Os investimentos em controladas e coligadas não cooperativas são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado não operacional.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma

mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j1 **Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG**

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. A Cooperativa não emite uma única fatura com mais de uma competência, assim, o cálculo "pro rata temporis" dar-se-á apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por única competência.

j2 **Provisão para remissão**

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue: Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j3 **Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS**

O resarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j4 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j5 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 209, de 29 de dezembro de 2009, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2016 com base na RN supra citada e a partir de setembro de 2016, elaborou Nota Técnica Atuarial.

j6 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras ("DIOPE"), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas

quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método

da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a constitucionalidade de tributos.

r Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

s Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.



5 Aplicações financeiras

Modalidade	2020	2019
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)		
UBB ANS FI RF Saúde	2.978.370	2.921.148
CDB/RBD	2.579.166	2.520.140
	5.557.536	5.441.288
Aplicações Livres		
RDC UNINVEST - Unicred	6.499.571	6.346.219
Porto Seguro Capitalização	58.200	58.200
	6.557.771	6.404.419
	12.115.307	11.845.707

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela RN 419/2016.



6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	2019			2020			2019		
	Pré pagamento	Pós pagamento	Total	Pré pagamento	Pós pagamento	Total	Pré pagamento	Pós pagamento	Total
Contraprestações pecuniárias a receber									
Plano Individual	148.211	58.101	206.312	166.718	82.946	249.664			
Plano empresarial/coletivo	78.815	-	78.815	98.689	-	98.689			
(-) PPSC	(35.764)	-	(35.764)	(9.265)	-	(9.265)			
	191.262	58.101	249.363	256.142	82.946	339.088			
Contraprestações de corresponsabilidade assumida									
Corresponsabilidade assumida	-	1.169.601	1.169.601	-	1.861.664	1.861.664			
(-) PPSC	-	(178.072)	(178.072)	-	(123.766)	(123.766)			
	991.529	991.529	991.529	1.737.898	1.737.898	1.737.898			
Outros créditos de operações de Planos de Assistência à Saúde									
Plano Individual	397.699	-	397.699	-	-	-			
Plano empresarial/coletivo	623.780	-	623.780	-	-	-			
	1.021.479	-	1.021.479	-	-	-			
	1.212.741	1.049.630	2.262.371	256.142	1.820.844	2.076.986			

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	2020	2019
Intercâmbio a faturar	2.182.835	1.367.195
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	636.964	594.980
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (ii)	(311.482)	(302.475)
	<u>2.508.317</u>	<u>1.659.700</u>

- (i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (ii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8 Créditos tributários e previdenciários

Descrição	2020	2019
IRRF	174.945	222.154
IRPJ a restituir	248.923	215.281
ISS a compensar	4.058	4.058
CSLL a restituir	58.398	49.883
INSS a restituir	156.221	156.221
PIS	51.212	46.316
COFINS	236.318	213.720
FGTS	515	-
	<u>930.590</u>	<u>907.633</u>

Os saldos estão compostos, substancialmente por impostos retidos da fonte pendentes de compensação.

9 Bens e títulos a receber

Descrição	2020	2019
Estoque de materiais e medicamentos (i)	505.803	436.299
Títulos a receber	22.195	43.712
Outros créditos a receber		
Adiantamentos	351.876	124.942
Cartão de crédito a receber	219.909	131.998
Títulos protestados judicialmente	992.728	999.655

(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(994.622)	(994.622)
	<u>1.097.889</u>	<u>741.984</u>

- (i) Os estoques são avaliados ao custo médio ponderado de aquisição, substancialmente composto por materiais e medicamentos hospitalares.

10 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2020	2019
Participações em instituições reguladas		
Unimed São Paulo Participações	1.765.473	1.469.535
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	1.290.210	1.290.210
Unimed Central Nacional	<u>297.570</u>	<u>270.027</u>
	<u>3.353.253</u>	<u>3.029.772</u>
Participações em instituições não reguladas		
Unimed Cooperativa de Bens e Serviços	1.337.081	1.268.536
Unicred Campinas	393.885	393.885
LNA IPT Diagnósticos Médicos Ltda.	300.000	300.000
Unimed Seguradora	100.000	-
Unimed Sudeste Paulista	<u>75.807</u>	<u>75.807</u>
	<u>2.206.773</u>	<u>2.038.228</u>
	<u>5.560.026</u>	<u>5.068.000</u>



b Movimentação dos investimentos

Descrição	1º/1/2019	Adições,	Incorporação de juros/sobras ao capital	31/12/2019	Adições	Incorporação de juros/sobras ao capital	31/12/2020
Participações em instituições reguladas							
Unimed São Paulo Participações	1.213.018	82.175	174.342	1.469.535	-	295.938	1.765.473
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	1.222.842	67.368	-	1.290.210	-	-	1.290.210
Unimed Central Nacional	183.352	-	86.675	270.027	-	27.543	297.570
2.619.212	149.543		261.017	3.029.772		323.481	3.353.253
Participações em instituições não reguladas							
Unicred Campinas	356.402	-	37.483	393.885	-	-	393.885
Unimed Cooperativa de Bens e Serviços	1.086.447	98.281	83.808	1.268.536	68.545	-	1.337.081
Unimed Sudeste Paulista	75.807	-	-	75.807	-	-	75.807
LNA IPT Diagnósticos Médicos Ltda.	-	300.000	-	300.000	-	-	300.000
Unimed Seguradora S/A	-	-	-	-	100.000	-	100.000
1.518.656	398.281		121.291	2.038.228	168.545		2.206.773
4.137.868	547.824		382.308	5.068.000	168.545		5.560.026

11 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	2020		Líquido
				2019	2020	
Terrenos	de 2,63% a 6,67% a.a.	68.778	-	68.778	68.778	68.778
Edificações	10% a.a.	9.564,364	(3.117.456)	6.446.908	6.446.908	6.688.759
Instalações	de 10% a 20% a.a.	100.614	(59.674)	40.940	40.940	25.673
Aparelhos e equipamentos	20%	7.029.786	(4.429.788)	2.599.998	2.599.998	2.819.878
Veículos	10%	899.848	(499.465)	400.383	400.383	292.330
Móveis e utensílios	20%	1.523.936	(1.149.640)	374.296	374.296	353.879
Computadores e periféricos	20%	2.232.988	(1.790.399)	442.589	442.589	487.661
Outras imobilizações	20%	16.335	(16.335)	-	-	-
Benefitoria em imóveis de 3º	20% a.a.	803.803	(274.427)	529.376	529.376	457.678
		22.240.452	(11.337.184)	10.903.268	10.903.268	11.194.636

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo immobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2020, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo immobilizado.

b Movimentação do custo histórico

Descrição	1º/12/2019	Aquisição	31/12/2019	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2020
Terrenos	68.778	-	68.778	-	-	-	68.778
Edificações	9.564.364	-	9.564.364	-	-	-	9.564.364
Instalações	66.348	13.290	(107)	79.531	20.976	-	100.614
Aparelhos e equipamentos	6.067.151	1.420.677	(64.859)	6.845.969	228.892	(37.921)	7.029.786
Veículos	676.268	94.670	(74.890)	696.048	203.800	-	899.848
Móveis e utensílios	1.417.007	18.481	(9.569)	1.425.919	104.806	(2.365)	1.523.936
Computadores e periféricos	1.970.908	192.776	(35.511)	2.128.173	125.706	-	2.232.988
Outras imobilizações	16.335	-	-	16.335	-	-	16.335
Benfeitoria em imóveis de 3º	509.553	303.466	-	813.019	187.492	(196.709)	-
	20.356.712	2.043.360	(761.936)	21.638.136	871.672	(236.995)	22.240.451

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	1º/12/2019	Adição	Baixa	31/12/2019	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2020
Edificações	(2.634.416)	(241.189)	-	(2.875.605)	(241.851)	-	-	(3.117.456)
Instalações	(51.379)	(2.479)	-	(53.858)	(5.709)	-	(107)	(59.674)
Aparelhos e equipamentos	(4.238.018)	(377.481)	589.408	(4.026.091)	(441.884)	36.988	1.199	(4.429.788)
Veículos	(336.651)	(115.316)	48.249	(403.718)	(95.747)	-	-	(499.465)
Móveis e utensílios	(991.471)	(86.918)	6.349	(1.072.040)	(83.915)	1.891	4.424	(1.149.640)
Computadores e periféricos	(1.519.966)	(153.386)	32.840	(1.640.512)	(176.733)	-	26.846	(1.790.399)
Outras imobilizações	(16.335)	-	(16.335)	-	-	-	-	(16.335)
Benfeitoria em imóveis de 3º	(253.431)	(101.911)	-	(355.342)	(105.317)	186.232	-	(274.427)
	(10.041.667)	(1.078.680)	676.846	(10.443.501)	(1.151.156)	225.111	32.362	(11.337.184)

ANS - nº 35.302-7

"Cooperativismo caminhando para a democracia e o paz."
Roberto Rodrigues
23

12 Intangível

a Movimentação do intangível

Descrição	Taxa	2019		2020	
		anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total
Software	20%	<u>1.160.119</u>	<u>(939.097)</u>	<u>221.022</u>	<u>241.920</u>

b Movimentação do intangível

Descrição	1º/12/2019	Adição	31/12/2019		Adição	31/12/2020	
			Custo histórico	69.983		1.087.870	76.311
Custo histórico	1.017.887	69.983	1.087.870	1.087.870	Baixa	1.160.119	1.160.119
(-) Amortização acumulada	(754.211)	(91.739)	(845.950)	(845.950)	(93.147)	(93.147)	(939.097)
	<u>263.676</u>	<u>(21.756)</u>	<u>241.920</u>	<u>241.920</u>	<u>(16.836)</u>	<u>(4.062)</u>	<u>221.022</u>

13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG (i)	918.944	-	918.944	885.657	-	-
Piano Individual	918.944	-	918.944	885.657	-	885.657
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iii)						
Rede credenciada	363.493	-	363.493	417.178	-	417.179
Cooperados	493.839	-	493.839	615.616	-	615.616
Intercâmbio	250.850	-	250.850	263.434	-	263.434
1.108.182	-	1.108.182	1.296.228	-	1.296.229	-
Provisão para remissão	17.018	3.240	20.258	79.281	64.405	143.686
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (ii)	195.713	274.389	470.102	187.979	300.876	488.855
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iv)	1.829.438	-	1.829.438	2.086.657	-	2.086.658
4.069.295	277.629	4.346.924	4.535.802	365.281	4.901.085	-

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a RN nº 209/09 da ANS, e posteriores alterações, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a ser observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 4. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG é constituída conforme previsto na resolução normativa RN ANS 314/12 que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Cooperativa em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (iii) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- (iv) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Cooperativa está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do resarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Cooperativa e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 121.442.
- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída a partir de janeiro de 2008 com base na Resolução Normativa – RN nº 160/2007 e alterações posteriores da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos. A Cooperativa registrou a provisão até agosto de 2016 com base na RN e a partir de 16 de setembro de 2016, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão conforme ofício nº 1214/2016 (GGAME(COATU)/DIOPE/ANS).

14 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2020	2019
IRRF	662.024	390.289
INSS	464.856	507.684
FGTS	118.195	115.480
COFINS	80.790	81.340
PIS	13.128	13.218
ISS	75.863	74.277
PIS/COFINS/CSLL retidos	76.339	73.507
Contribuição sindical	542	537
INSS - parcelamento	-	88.511
	1.491.737	1.344.843



15 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	2020			2019		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Consignado folha	-	388	-	388	-	-	-
Financiamentos	set/22	394.728	70.785	465.513	594.380	469.728	1.064.108
		395.116	70.785	465.901	594.380	469.728	1.064.108

As garantias são avais da diretoria e alienação de bens.

16 Débitos diversos

Descrição	2020	2019
Circulante		
Obrigações com pessoal	2.760.831	3.301.795
Fornecedores (i)	1.628.323	1.620.224
Depósitos de beneficiários	2.707	79.418
	4.391.861	5.001.437
Não circulante		
Devolução de CH	2.416	2.416
Pagamento com discussão judicial	7.955	-
	10.371	2.416
	4.402.232	5.003.853

- (i) Substancialmente composto por valores a pagar para fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares.

17 Provisões judiciais

Descrição	2020	2019
Tributária - Municipal (i)	552.342	334.823
Cíveis	387.896	77.000
	940.238	411.823

- (i) Representado pela provisão constituída conservadoramente sobre as contingências tributárias relacionadas ao ISS sobre os serviços prestados aos beneficiários que residem fora do município de Itapetininga.
- (ii) O valor provisionado em 2020 representa 17 ações cíveis indenizatórias a usuários de plano de saúde da Cooperativa.

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

18 Passivos contingentes

A Cooperativa discute aproximadamente 37 ações cíveis indenizatórias no montante de R\$ 7.518.661, 2 ações trabalhistas no montante de R\$ 76.068 e ações tributárias no montante de R\$ 9.559.564 composto pelas seguintes execuções fiscais:

Agente	Histórico	Valores
Fazenda Nacional	Cofins de 12/200 a 12/2004	3.270.087
Fazenda Nacional	PIS de 12/200 a 12/2004	715.278
Fazenda Nacional	PIS/COFINS de 2010	3.375.701
Fazenda Nacional	PIS/COFINS de 2010	1.934.314
União Federal	Débitos pendentes	264.184
		<u>9.559.564</u>

A opinião dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2020 é que o desfecho desses processos, pelo andamento atual, classifica-se como possível, mas não provável. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foram constituídas provisões.

19 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobre no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária.



b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Reserva de contingências

Constituída com o objetivo de suportar a Cooperativa diante de demandas judiciais tributárias, administrativas ou assistenciais. Caso não venha a se concretizar a necessidade de utilização, a mesma será revertida para Reserva legal e/ou RATES, conforme determinação da Assembleia Geral.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com o usufruto dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2020 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 427.646 conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	6.924.800	6.044.981
Distribuição de sobras	(1.248.966)	(545.539)
Utilização da RATES	-	737.015
Transferência do resultado com terceiros para RATES	(482.584)	(949.978)
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 10%	(644.223)	(583.202)
RATES – 5%	(322.111)	(291.601)
Transferência para reserva "Ad referendum" da AGO	(3.799.270)	(4.111.802)
Sobras à disposição da AGO	427.646	299.874

20 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	2020	2019
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Consulta médica	(5.988.656)	(11.734.501)
Exames	(12.046.391)	(12.105.288)
Terapias	(9.132.718)	(11.336.259)
Internações	(23.826.182)	(27.116.898)
Outros atendimentos ambulatoriais	(59.184)	(115.826)
Sistema Único de Saúde - SUS	(84.621)	(183.621)
	(51.137.752)	(62.592.393)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	257.219	(268.157)
	(50.880.533)	(62.860.550)



21 Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido –Carteira de planos individuais/familiares após Lei 9.656/1998

Descrição	Consultas					Outros	Total
	médica	Exames	Terapias	Internações	atendimentos		
Rede própria	1.439.108	473.929	2.575.647	6.542.519	14.800	11.046.003	
Rede contratada	89.124	556.250	735.078	104.101	600	1.485.153	
Reembolso	(1.362.316)	(54.813)	(76.440)	(76.378)	-	(1.569.947)	
Intercâmbio eventual	29.921	69.717	278.230	1.231.441	-	1.609.309	
	195.837	1.045.083	3.512.515	7.801.683	15.400	12.570.518	

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2020 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 1º/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

A Cooperativa registra contabilmente os valores segregados entre ato principal e atos auxiliares.

22 Outros dispêndios/ despesas operac.de assistência à saúde não relac.com planos de saúde da operadora

Descrição	2020	2019
Custo de ociosidade (i)	(11.226.859)	-
Despesa com prestação de serviços - outros	(2.971.238)	(3.271.735)
Outras despesas operacionais	(1.528.327)	(2.004.434)
	(15.726.424)	(5.276.169)

- (i) Em 2020, a Cooperativa elaborou os cálculos para medir a ociosidade do hospital, conforme critérios determinados pela administração, dessa forma o saldo é reclassificado do grupo de custo assistencial para outros dispêndios.

23 Dispêndios/ despesas administrativas

Descrição	2020	2019
Pessoal	(4.842.821)	(5.366.632)
Serviços de terceiros	(1.809.249)	(1.890.815)
Localização e funcionamento	(1.520.943)	(1.670.013)
Publicidade e propaganda	(507.568)	(638.197)
Tributos	(191.754)	(322.513)
Diversas	(867.228)	(1.025.290)
	(9.739.563)	(10.913.460)



24 Resultado financeiro líquido

Descrição	2020	2019
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	398.437	597.488
Juros por recebidos em atraso	176.782	120.121
Descontos obtidos	162.879	59.707
Outros	30.111	4.507
	768.209	781.823
Dispêndios financeiros		
Descontos concedidos	(206.481)	(221.404)
Juros passivos	(73.629)	(79.394)
Juros por pagamento em atraso	(65.234)	(104.805)
	(345.344)	(405.603)
	422.865	376.220

25 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Sobras antes dos tributos	7.368.119	6.550.755
Adições		
Juros de aplicações	294.700	523.154
Exclusões		
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(6.515.020)	(5.149.117)
Outras exclusões	-	(437.999)
Base de cálculo	1.147.799	1.486.793
Imposto de renda - 15%	(172.170)	(223.019)
Adicional do imposto de renda - 10%	(90.781)	(124.678)
(-) Deduções do IRPJ	-	33.451
Imposto de renda	(262.951)	(314.246)
Contribuição social - 9%	(103.302)	(133.811)

26 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos para o Conselho de Administração, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do total dos membros do Conselho de Administração, para o Conselho Técnico o mandato é de quatro anos eleitos juntamente com o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de 2/3 de seus membros. Para o Conselho Fiscal o mandato tem prazo de um ano sendo permitida a reeleição de 1/3 de seus membros.



A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

Parte relacionada	Natureza da operação	2020	2019
Conselho de Administração	Prestação de serviços	880.126	1.396.432
Conselho de Administração	Diárias e pró-labore	95.750	728.447
Conselho de Administração	Capital social	514.775	779.003
Conselho Fiscal	Prestação de serviços	599.329	1.039.660
Conselho Fiscal	Cédula de presença	14.857	14.770
Conselho Fiscal	Capital social	347.925	400.080

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2020 e 2019.

27.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Cooperativa não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Cooperativa não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2020	2019
Disponível		4.473.019	1.698.140
Aplicações financeiras	5	12.115.307	11.845.707
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	2.262.371	2.076.986
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	2.508.317	1.659.700
Bens e títulos a receber	9	1.097.889	741.984
Conta corrente com cooperados		62.401	18.689
		22.519.304	18.041.206

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Cooperativa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

27.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possui, aproximadamente, 41% (38% em 2019) do seu ativo total registrado como Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários).

27.4 Recursos próprios mínimos**a Patrimônio mínimo ajustado (PMA)**

A RN nº 209/09 da ANS dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

O PMA é determinado através RN nº 209/09 da ANS e representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS, pelo capital-base de R\$ 8.977.014, o qual será ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

O fator "K" vigente em dezembro de 2020 corresponde a 4,76%, de modo que o Patrimônio Mínimo Ajustado é de R\$ 427 mil (R\$ 418 mil em 2019) e, consequentemente, o patrimônio líquido da Cooperativa atende a esse mínimo estabelecido. A seguir, estão demonstradas as adições e deduções consideradas pela Administração para cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos:

Descrição	2020	2019
Patrimônio líquido	22.425.766	20.474.275
Deduções:		
Despesas antecipadas	(44.838)	(34.628)
Ativo não circulante permanente intangível, exceto o montante referente a gastos com aquisição de carteira de plano de assistência à saúde e com programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças aprovados nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001, de 30 de dezembro de 2008, da DIOPE/DIPRO.	(221.022)	(241.920)
	(265.860)	(276.548)
Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos	22.159.906	20.197.727

b Margem de solvência

A margem de solvência determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir. Este critério deve ser observado mensalmente. Corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- (i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido;
- (ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.



Abaixo o cálculo da Margem de Solvência da Associação conforme determina a normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 31 de dezembro:

	2020	2019
Contraprestações líquidas (soma dos últimos 12 meses)		
Preço pré-estabelecido (100%)	65.003.872	58.233.689
Preço pós-estabelecido (10%)	12.040.630	16.580.552
	77.044.502	74.814.241
(x) 0,20	15.408.900	14.962.848
Eventos indenizáveis líquidos (média mensal dos últimos 36 meses)		
Preço pré-estabelecido (100%) *	116.408.838	121.499.358
Preço pós-estabelecido (10%) *	56.522.715	20.037.220
	172.931.553	141.536.578
Média anual dos últimos 36 meses	52.162.673	47.178.859
(x) 0,33	17.213.682	15.569.024
Margem de solvência	17.213.682	15.569.024
% da proporcionalidade exigida até 31 de dezembro (*)	85,28%	77,90%
Margem de solvência exigida	14.679.827	12.128.268

* a corresponsabilidade a partir de março de 2020 está considerada no montante total de eventos e sobre o saldo não é feita a média.

Conforme demonstrado acima, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos é suficiente para atender a Margem de Solvência.

28 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com terceiros apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores independentes.





Descrição	2020	Cooperado	Não cooperado
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		8.340.814	78.069.646
Ingressos com operações de assistência à saúde	69.728.832	8.340.814	78.069.646
Ingressos de contraprestações líquidas	71.562.094	8.448.139	80.010.233
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	71.448.939	8.437.866	79.886.805
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	113.155	10.273	123.428
Eventos indenizáveis líquidos	(1.833.262)	(107.325)	(1.940.587)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados	(44.007.535)	(6.872.998)	(50.880.533)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	235.811	21.408	257.219
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	25.721.297	1.467.816	27.189.113
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	227.237	-	227.237
Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	7.135.657	38.521	7.174.178
Ingressos/receitas com operações de assistência médica-hospitalar	3.389.492	-	3.389.492
Receita com administração de intercâmbio eventual	424.320	38.521	462.841
Outros ingressos/receitas operacionais	3.643.309	-	3.643.309
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(321.464)	-	(321.464)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(2.302.209)	(134.778)	(2.436.987)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	(1.614.515)	(94.519)	(1.709.034)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(232.330)	(13.601)	(245.931)
Provisão para perdas sobre créditos	(455.364)	(26.658)	(482.022)
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(15.718.801)	(17.623)	(15.726.424)
Resultado bruto	15.063.181	1.363.936	16.427.117
Dispêndios/ despesas com comercialização	(174.618)	(20.622)	(195.240)
Dispêndios/ despesas administrativas	(9.200.913)	(538.650)	(9.739.563)
Resultado financeiro líquido	399.478	23.387	422.865
Ingressos/ receitas financeiras	725.723	42.486	768.209
Dispêndios/ despesas financeiras	(326.245)	(19.099)	(345.344)
Resultado patrimonial	427.892	25.048	452.940
Ingressos/ receitas patrimoniais	439.759	25.745	465.504
Dispêndios/ despesas patrimoniais	(11.867)	(697)	(12.564)
Sobra antes da tributação e das participações	6.515.020	853.099	7.368.119
IRPJ	-	(282.951)	(262.951)
CSLL	-	(103.302)	(103.302)
Participações sobre o lucro	(72.804)	(4.262)	(77.066)
Sobra líquida do exercício	6.442.216	482.584	6.924.800

■ Em 2020



■ Em 2019

Descrição	Cooperado	Não cooperado	2019
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	70.094.361	9.825.680	79.920.041
Ingressos com operações de assistência à saúde	71.497.822	9.919.141	81.416.963
Ingressos de contraprestações líquidas	71.550.172	9.919.141	81.469.313
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(52.350)	-	(52.350)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(1.403.461)	(93.461)	(1.496.922)
Eventos indenizáveis líquidos	(55.197.241)	(7.663.309)	(62.860.550)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados	(54.958.130)	(7.634.263)	(62.592.393)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	(239.111)	(29.046)	(268.157)
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	14.897.120	2.162.371	17.059.491
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	235.538	-	235.538
Ingressos/receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	6.753.718	21.369	6.775.087
Ingressos / receitas com operações de assistência médica-hospitalar	2.938.219	-	2.938.219
Receita com administração de intercâmbio eventual	154.039	21.369	175.408
Outros ingressos/ receitas operacionais	3.661.460	-	3.661.460
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(1.792.027)	(119.337)	(1.911.364)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	(1.173.427)	(78.142)	(1.251.569)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(168.584)	(11.227)	(179.811)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	-	-	-
Provisão para perdas sobre créditos	-	-	-
Outros dispêndios/ despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(450.016)	(29.968)	(479.984)
Resultado bruto	14.824.290	2.058.293	16.882.583
Dispêndios/ despesas com comercialização	(171.267)	(23.759)	(195.026)
Dispêndios/ despesas administrativas	(10.232.074)	(681.386)	(10.913.460)
Resultado financeiro líquido	352.731	23.489	376.220
Ingressos/ receitas financeiras	733.010	48.813	781.823
Dispêndios/ despesas financeiras	(380.279)	(25.324)	(405.603)
Resultado patrimonial	375.436	25.002	400.438
Ingressos/ receitas patrimoniais	429.425	28.597	458.022
Dispêndios/ despesas patrimoniais	(53.989)	(3.595)	(57.584)
Sobra antes da tributação e das participações	5.149.116	1.401.639	6.550.755
IRPJ	-	-	(314.246)
CSLL	-	-	(133.811)
Participações sobre o lucro	(54.113)	(3.604)	(133.711)
Sobra líquida do exercício	5.095.003	949.978	6.044.981



ANS - nº 35.302-7

"Cooperativismo: Caminho para a democracia e a paz."
Roberto Rodrigues

29 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2020	2019
Resultado antes dos impostos e participações	7.368.119	6.550.755
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	1.244.303	1.170.419
Resultado na alienação de bens	15.946	85.090
Juros incorporados ao capital de investimentos em cooperativas	(323.481)	(382.308)
Provisão para perdas sobre créditos	482.022	479.984
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(366.113)	306.886
Provisões para ações judiciais	528.415	(91.440)
	8.949.211	8.119.386
(Aumento) / Diminuição de ativos		
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(116.248)	3.324.914
Aplicações livres	(153.352)	(6.404.419)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(667.407)	(1.844.180)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(848.617)	(124.848)
Créditos tributários e previdenciários	(22.957)	54.027
Bens e títulos a receber	(355.905)	(110.035)
Despesas antecipadas	(10.210)	3.570
Conta corrente com cooperados	(43.712)	9.752
Depósitos judiciais	(65.103)	(70.066)
	(2.283.511)	(5.161.285)
Aumento (diminuição) de passivo		
Eventos/ sinistros a liquidar	(188.046)	(497.198)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(94.718)	827.383
Contraprestação pecuniária recebida antecipadamente	196.204	67.658
Tributos e encargos sociais a recolher	452.501	(435.023)
Débitos diversos	(601.621)	900.967
Conta corrente com cooperados	-	(74.405)
	(235.680)	789.382
Caixa gerado nas operações	6.430.020	3.747.483
Imposto de renda e contribuição social pagos	(366.253)	(448.057)
Participações sobre o lucro	(77.066)	(57.717)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	5.986.701	3.241.709
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	5.986.701	3.241.709

30 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

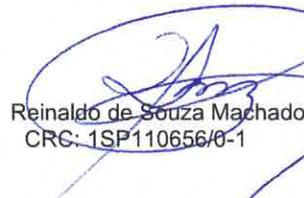


Dr. Marcos de Almeida Cunha
Presidente



Dr Claudio Barsanti Wey
Vice Presidente

Dra Giselle Cordeiro Saucedo Dominguez
Diretora Superintendente



Reinaldo de Souza Machado
CRC: 1SP110656/0-1

